

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.036 - RS (2017/0023603-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ALMERINDA AVILA NUNES
AGRAVADO : ANA DA SILVA SILVA
AGRAVADO : ANGELA MARIA CHAGAS
AGRAVADO : ANTONIO LUIZ GIL
AGRAVADO : AUGUSTA CESARIO DO AMARAL
AGRAVADO : AUGUSTA CONTE BARBOSA QUINTANA
AGRAVADO : CARLOS LUIZ SOARES
AGRAVADO : DIVA LUIZA ALDRIGHI DICKEL
AGRAVADO : IDA STAUFFER
ADVOGADOS : MARCELO LIPERT E OUTRO(S) - RS041818
THIAGO CECCHINI BRUNETTO - RS051519

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. DEVOLUÇÃO E SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL NA CORTE DE ORIGEM.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pela UNIÃO contra decisão de fls. 627/628, que deu provimento ao recurso especial da parte adversa, determinando o pagamento dos juros de mora até o efetivo pagamento.

É o relatório.

Em juízo de retratação, reconsidero a decisão de fls. 627/628, tornando-a sem efeito, porquanto a questão tratada nos autos - **Incidência dos juros de mora entre a expedição do Precatório ou da Requisição de Pequeno Valor (RPV) até o efetivo pagamento** - teve sua repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do **RE 1.169.289/SC**, Rel. Min. Marco Aurélio, em 15/03/2019 - Tema 1037.

Consoante a jurisprudência desta Corte, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional, nos termos do art. 543-B do CPC/1973 (art. 1.036 do CPC/2015), justifica o sobrestamento, pela instância ordinária, dos recursos especiais, que tragam em seu bojo a mesma questão jurídica a ser definida pelo STF. Nesse sentido: REsp 1.486.671/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2014; AgRg no REsp 1.467.551/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 9/9/2014.

Ante o exposto, em razão de economia processual e para se evitar a prolatação pelo STJ de provimento jurisdicional em desconformidade com o que vier a ser definitivamente decidido pela Corte Suprema, torno sem efeito as decisões de e-STJ, fls. 627-628 e 671 e determino a devolução dos autos ao Tribunal **a quo**, com a devida baixa, para que se aguarde o pronunciamento definitivo do STF em sede de repercussão geral, quando então será exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso especial, atendendo ao disposto nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Ministro

